

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1470841 - MS
(2019/0077907-0)**

RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : ANTENOR MINDÃO PEDROSO - MS009794
MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904
AGRAVADO : ANTONIO CELSO PERIN
ADVOGADOS : OSCAR LUIS OLIVEIRA - MS005588
CARLOS ALFREDO STORT FERREIRA - MS005159
ALFREDO CÂNDIDO SANTOS FERREIRA E
OUTRO(S) - MS001782A
ÉLLEN CLEA STORT FERREIRA CERVIERI -
MS006812
INTERES. : DELMAR CERVIERI
INTERES. : ADALBERTO PICHINELLI
INTERES. : IONE CERVIERI
INTERES. : DECIO ANTONIO CERVIERI
INTERES. : MOACIR VINCENSI
INTERES. : BERNARDO TODESCHINI
INTERES. : JAIR BRITO FILHO
INTERES. : GABRIELA DA COSTA CERVIERI
INTERES. : OSCAR CERVIERI
INTERES. : CHRISTIAN ALBERT WORMSTALL
INTERES. : NELSON MACHADO FILHO
INTERES. : ARIIVALDO MUGLIA
INTERES. : PAULO ADALBERTO CERVIERI
INTERES. : SILVIO RIBEIRO DA SILVA
INTERES. : CERVIERI S/A PARTICIPACOES

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA. CONTRATO. ASSINATURA. PROVA PERICIAL. NECESSIDADE. DILAÇÃO PROBATÓRIA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. REEXAME DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.

1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).
2. Não há falar em negativa de prestação jurisdiccional se o tribunal de origem motiva adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entende cabível à hipótese, apenas não no sentido pretendido pela parte.
3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que compete às instâncias ordinárias exercer juízo acerca da necessidade ou não de dilação probatória, haja vista sua proximidade com as circunstâncias fáticas da causa, cujo reexame é vedado em recurso especial, a teor da Súmula nº 7/STJ.
4. Agravo interno não provido.

Superior Tribunal de Justiça

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrighi, Paulo de Tarso Sanseverino, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 30 de setembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva
Relator

